

TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Irene Kessia das Mercês do Nascimento ¹

RESUMO

Esse estudo tem, como foco, apresentar uma conjuntura das políticas públicas para os professores da educação básica desde do século XX até os dias atuais em relação a formação sobre a temática da educação das relações étnico raciais. A formação continuada, para questões étnico raciais, vem se fortalecendo diante das novas políticas educacionais implantadas. Com as novas mudanças e transformações, o(a) professor(a) do século XX não é o mesmo do século XXI. Para fundamentar essa pesquisa, utilizamos teóricos de grande valor sendo eles: Gomes (2003), Stuart Hall (2006), Souza (1983) e dentre outros autores que contribuíram neste estudo. Como metodologia, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, qualitativa de cunho documental. Para esse estudo, foram realizadas análises de documentos instrutivos de políticas públicas para os professores da educação básica de todo território nacional, em relação a formação continuada da temática étnico raciais. Os documentos foram analisados, conforme os objetivos desta investigação, através da análise documental. Os resultados apontam que a formação docente frente às atuais políticas educacionais brasileiras para temática étnico raciais, vem sofrendo grandes mudanças, desde da implementação da constituição. Todavia é necessário que a formação continuada, seja mais acessível e ampliada para fortalecimento da temática étnico raciais na formação docente.

Palavras-chave: Educação das relações étnico raciais, formação docente, trajetória.

INTRODUÇÃO

A trajetória da formação docente a cada tempo que se passa, vai se moldando diante das novas políticas educacionais implantadas, seja ela no ensino superior ou na educação básica. Com as novas mudanças e transformações, o(a) professor(a) do século XX não é o mesmo do século XXI. No campo da história da educação, a pesquisadora e professora Maria João Mogarro, nos afirma que “As produções teóricas desenvolvidas recentemente no âmbito

¹ Estudante de Doutorado Profissional em Educação na Universidade de Pernambuco-UPE- Campus Mata Norte, irene_kessia@hotmail.com

da história da educação privilegiam os modelos etnometodológicos e os instrumentos da nova história cultural e intelectual” (Mogarro 2005,p 02). Como aponta a pesquisadora, é importante frisar que diante de uma nova história cultural e intelectual a realidade das produções teóricas estão privilegiando novos modelos e paradigma diante da formação atual do(a) docente, à frente das atuais políticas brasileiras.

Desde do século XX os(as) professores(as), de nosso país, estão recebendo formação, conforme as orientações da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que durante esse período se passou por três versões, a primeira foi a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 que foi promulgado no tempo da ditadura pelo presidente João Goulart, em segunda tivemos a LDB de 1971 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 11 de agosto de 1971, a terceira versão e a última foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1996 após período da ditadura militar. Vejamos o quanto a LDB, vem se atualizando, que mesmo na atual versão de 1996 a mesma, vem se modernizando em sua redação com novas leis e decretos diante das novas atualização a frente das novas políticas educacionais e a formação docente diante das realidades culturais desse país, com as novidades de paradigmas educacionais.

Conforme a professora, (Mogarro 2005, p. 03) “A história da educação tem aberto as suas fronteiras a novas realidades, revelando territórios que até agora permaneceram desconhecidos.” Compreender a história do passado nos faz compreender a realidade do presente, revelando o desconhecido que muitas vezes não conhecemos mas que abre espaço para novas fronteiras e realidades das nossas origens e histórias. Diante da problemática apresentada acima, elencamos a questão subsidiária da pesquisa e os objetivos gerais e específicos deste estudo. Questão Subsidiária de Pesquisa: Quais os avanços vem acontecendo na formação dos professores negros da educação básica desde do século XX até o século XXI a frente das atuais políticas educacionais brasileiras? Objetivo Geral: Análisar as contribuições na formação de professores negros no século na educação básica, XX até o XXI frente as atuais políticas educacionais brasileira. Objetivo Específico: Verificar as políticas publicas de formação para os professores negros da educação básica, no periodo do século XX até o XXI; Análisar os avanços e retrocesso na formação cotinuada de professores negros da educação básica no século XX até o XXI na educação básica a partir das políticas publicas; Compreender as influência da história da educação no periodo do século XX até XXI para as políticas publicas dos professores negros na educação básica.

Conforme (Mogarro 2005, p. 10) “É também necessário compreender melhor os conflitos, as solidariedades, as dinâmicas e as permanências ou rupturas que atravessam as realidades educativas em cada momento histórico.” Para esse estudo essa compreensão é de extrema importância, pois iremos verificar os avanços e retrocessos da história da educação, e conflitos ocorridos para os professores negros do século XX até o período atual do século XXI. Essa compreensão é onde se dar o real motivo dessa investigação, pois compreender o passado do professores negros, e os desafios imposto na época traz um reflexo atual, do contexto escolar, para os professores negros, entendendo assim os motivos e desafios impostos ao longo da história da educação para os professores negros.

Esse estudo irá contribuir, para fortalecer a memória dos professores negros, no campo da história da educação, levando em consideração os desafios e conflitos enfrentados pelos professores nesse período. Essa pesquisa tem uma relevância social, pois irá contribuir para que a sociedade compreenda os desafios e avanços enfrentados pelos professores negros no século XX até XXI, e contexto histórico influenciado na época. Com os objetivos geral e específicos deste estudo, definimos a metodologia desse estudo sendo caracterizada, como um estudo qualitativo e descritivo de caráter documental. Abaixo apresentaremos a metodologia, o referencial teórico, a análises de resultados e a conclusão desta pesquisa.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos para o desenvolvimento desse estudo, buscar entender a formação docente a frente as atuais políticas educacionais brasileiras na educação básica para os professores negros desde do século XX. Por tanto essa pesquisa se caracteriza por ser de método descritivo que de acordo com Gil (2017, p. 26), “tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno”. Através dos objetivos propostos iremos descrever as características da população ou fenômeno. De natureza qualitativa, pois considera não apenas os resultados obtidos, mas todo o contexto a frente das atuais políticas educacionais brasileira na educação básica para os professores negros (as). O Locus da pesquisa desse estudo serem os documentos relacionado as políticas públicas educacionais para professores negros no século XX e XXI, que teremos como técnica a análise documental.

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznadger (1998, p. 169). “Considera se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Os documentos utilizados para esse estudo serem políticas públicas que fortaleceram a formação

de professores negros (as) no século XX até XXI tais como: Lei de Diretrizes de Bases da Educação- LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação- PCNs. Os documentos serão analisados à luz do referencial teórico desta investigação conforme os objetivos deste estudo.

CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NEGROS (AS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Ao longo do século XX até XXI, o MNU- Movimento Negro Unificado, tem lutado por igualdade racial e combate ao racismo na sociedade. Em 1989, foi criada a lei 7.716 que define os crimes contra preconceito e cor em nosso país, a conquista dessa lei veio de luta e manifestação do movimento negro, como denúncia de racismo e preconceito. Vejam que desde da década de 80 já se existiam a luta contra o preconceito e racismo de cor e raça. O Movimento Negro em seu caminho de luta, também identificou no início do século XXI que também que se faz necessário, que o racismo seja combatido em sala de aula, foi então que no período do governo Lula em 2003, foi aprovado a Lei 10.639/03 que nos afirma nos artigo que:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras. "Art. 79-B. O calendário escolar inclui o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." BRASIL (2003).

Diante da aprovação da Lei 10.639/03 se fortaleceu na educação básica a identidade da população negra incluindo professores e estudantes, isso por que se tornou no país obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. Com aprovação dessa lei, as práticas pedagógicas dos professores precisou ser repensado no que diz respeito ao ensino da cultura e história do povo negro. Isso também acabou refletindo no processo formativo dos professores negros e brancos, com também no empoderamento e na afirmação da identidade negra dos educadores.

Com a aprovação da referida Lei, foi aprovado também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de história e Cultura

Africana e Afro-Brasileira em 2004, além das orientações do SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Nesse período, houve um intenso momento de formação continuada, nas secretária de educação, voltado para questão étnico racial, com isso o fortalecimento de professores negros da educação básica.

Porém com o passar do tempo, a referida Lei acima citada foi alterada e foi aprovada 11.645/08 que foi incluída a questão da educação indígenas contemplando também esses povos. Com isso a identidade do estudante negro e indígena foi valorizada, fortalecendo assim a identidade negra e indígena no campo da educação.

Posteriormente, no governo Dilma com a Ministra Nilma Lino Gomes, do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, através da SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o Ministério da Educação foi apresentado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Nacional para Educação das Relações Étnico Racial e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, nesse plano apresenta diretrizes e orientações para redes Municipais, Federais e Estaduais.

Com toda essa contextualização, histórica os professores negros vem ao longo dos anos ganhando espaço na sociedade, com tendo sua cultura , cor etnia valorizada, e sua ancestralidade fortalecida. Abaixo iremos discutir sobre a identidade dos professores negros.

IDENTIDADE NEGRA

A identidade é algo que construímos ao longo de nossas vidas, nos formamos e nos fortalecemos com o passar do tempo. Vejamos abaixo o que nos afirmar a autora sobre o conceito de identidade negra:

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro,(GOMES, 2003, p 171).

Muitos dos professores negros, vão construindo essa identidade ao longo dos tempo, estando relacionado a sua cultura, sua história e ancestralidade. Isso se aprofunda no que diz respeito ao pertencimento em que a pessoa negra está inserida, seja no ambiente familiar, ou entre amigos, ou em trabalho, o importante é que eles se reconheçam em relação a sua cultura e identidade negra. Vejamos abaixo o que nos diz Stuart Hall 2006, p 2:

Somos tentados a exibir o significante “negro” como um dispositivo que pode agregar a todos negros e negras, policiando as fronteiras políticas, simbólicas e posicionais como se fossem genéticas. [...] “Negro” não é uma categoria de essência numa direção à homogeneidade, existe um conjunto de diferenças históricas e experiências que devem ser consideradas e que localizam, situam e posicionam o povo negro. STUART HALL (2006, p 2)

Diante do que é posto aqui refletirmos que é a identidade da pessoa negra, não é uma categoria, mas sim uma construção de como o negro se localizam e se posicionam como povo negro em relação ao conjunto de diferenças e culturas e experiências. Essa localização que o negro vai se encontrando em relação a sua identidade e também se empoderando e se constituindo o mesmo como sujeito/a que aceita sua identidade negra, e sua cultura, e ancestralidade. Vejamos abaixo o que autora fala sobre o assunto:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (SOUZA, 1983. p 77).

Ser negro, é tomar posse de uma consciência e criar uma nova consciência, que assegure o respeito, as diferenças, e que reafirme sua dignidade, ser negro é torna-se negro, a parte de seu descobrimento ideológico, que vem sendo construído, ao longo do tempo tornando uma pessoa empoderada e consciente de sua negritude, e sua afirmação racial negra.

LDB, CURRÍCULO E CONTEXTO HISTÓRICO

Os documentos analisados da LDB de 1961, 1971, não destacaram evidências para políticas de formação continuadas para professores, no sentido da valorização da pessoa negra. Analisando o contexto dessa época era um período em que o país estava passando por uma ditadura militar, com várias manifestações, inclusive do movimento negro.

A partir das duas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais passam a expressar suas reivindicações em vista de coibir o tratamento discriminatório que recebem no seu cotidiano. Entre eles, encontram-se as reivindicações do movimento social negro na busca do reconhecimento da imensa contribuição da cultura de matriz africana, presente em nosso cotidiano, porém mal interpretada, estereotipada, bem como, banalizada e relegada ao fetichismo e à demonização pelas práticas pedagógicas e religiosas. Nesse contexto, as entidades de resistência negra surgem no interior de um caminho histórico, buscando respostas para cada período de dominação e exclusão. Santos e Machado (2008, p. 95)

Vejamos, que conforme a autora, nessa época, se começa as expressões do movimento negros, sobre as reivindicações de tratamento discriminatório, que pessoa negra recebe no cotidiano. Na busca por reconhecimento pela contribuição da cultura de matriz africana, na história desse país. Essa militância, não teve impacto direto para as reformulações na LDB. SANTOS E MACHADO (2008,p. 95) .

Santos e Machado (2008) destacam que na década de 70 nas pesquisas brasileira em ciência sociais, começou-se a se pensar sobre o lugar do negro na sociedade, as pesquisas trazem a toda assuntos relacionados à construção da identidade negra a partir do processo de modernização, bem como a interpretação criativa dos legados histórico-simbólico-educacionais vindo do continente africano, recriados e reelaborados nos países afrodescendentes.

A partir do século XXI encontramos, avanços em relação à inclusão da temática africana e afro-brasileira, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), nos PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais. Na LDB- Lei de Diretrizes e Bases na Educação de 1996 analisamos as atualizações que visam a formação de professores, para educação das relações étnico raciais e indígenas. Nos documentos analisados citados acima, temos como análise de resultado a temática da valorização da Etnia dos Povos Indígenas e Negros (as), abaixo abordaremos uma discussão sobre esta temática.

VALORIZAÇÃO DA ETNIA DOS POVOS INDÍGENAS E NEGROS NO SÉCULO XXI

Na LDB de 1996, encontramos a inclusão de lei 10.639/03 alterada pela lei 11.645/08 que nos afirmar que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. BRASIL (1996)

Vejamos que já nos tempos atuais do século XXI, que foram encontrados a inclusão da Lei 11.645/08, fruto de luta do movimento negros, para que seja combatido o racismo em sala de aula, como também que seja valorizado a cultura negra e indígena em sala de aula, sendo essas orientações para professores seja eles negros ou brancos dentro da escola. Vejamos abaixo o que a autora nos relata sobre a valorização da identidade negra.



A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. GOMES (2003).

Ou seja a construção da identidade negra é um processo de construção amplo, com vários desafios e complexidade, com dimensões sociais e pessoais interligadas, todavia sabemos que na sociedade que vivemos é preciso tornar esse processo mais democrático, solidário e acolhedor, quebrando todo preconceito e combatendo o racismo, sendo a escola uma instituição educativa de combate ao racismo e valorização da identidade negra.

Após análise feita em documentos de orientação curricular, podemos compreender alguns indícios de como abordar a temática étnico racial em sala de aula como nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) no caderno de pluralidade cultural e orientação sexual, encontramos orientações para os professores, trabalharem em sala de aula, questões sobre, preconceito, discriminação, estereotipagem, estigmatização, buscando a valorização da etnia dos povos indígenas e negros que fizeram parte da formação do Brasil. Já na BNCC- Base Nacional Comum Curricular na p. 14 nos orienta de forma geral que: “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.” Essas orientações são de forma geral. Todas as orientações mais específicas das habilidades e competências são para o ensino fundamental II e ensino médio, sobre a história dos povos negros e indígenas.

Por fim, sabemos, dos grandes avanços que vem ocorrendo, para valorização da pessoa negra e professor (a) negra, na sociedade Brasileira, diante das lutas dos movimentos sociais, sendo ele o MNU- Movimento Negro Unificado, que desde a década do século XX, vem sinalizando vários casos de racismo, preconceito e discriminação. Essa luta também reflete no chão da escola, onde se deve pensar e refletir sobre o currículo escolar. Pois fala sobre a consciência negra, racismo, e discriminação não é apenas, uma fala, generalista e pontual, mas sim uma fala ou aula, contextualizada e fundamentada. Para assim, refletirmos sobre as nossas origens, cultura e ancestralidade, na formação da nossa identidade negra, fortalecendo assim o combate ao racismo em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, que a trajetória docente a frente as atuais políticas educacionais brasileiras na educação básica para os professores negros desde do século XX, vem sofrendo grande mudanças, desde da implementação da constituição, quando muitas coisas foram vetadas e silenciadas. Vimos que ao longo do tempo o movimento negro vem lutando por mas valorização da pessoa negra e o combate aos racismo. No final do século XX, começaram a surgir, algumas mudanças, em relação ao currículo, em sala de aula, diante da luta do movimento negro, no periodo redemocratização do país, com a elaboração dos PCNs, divididos por componente curricular.

Nos PCNs já começa a se falar sobre pluralidade cultural, respeito às etnias e combate ao racismo, demonstrando um grande avanço, mesmo que pequeno, de forma generalizada, sem reflexão e direcionamento. Nas faculdade na década de 70, os cursos de ciências sociais, já começava a pesquisar sobre a pessoa negra, em relação a sua identidade e aspectos sociais. De fato, um grande avanço aconteceu no início do século XXI, com a aprovação da Lei 10.639/03, que orienta as escolas, da educação básica, a incluir a temática do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Com a aprovação dessa lei, foram também aprovadas as diretrizes curriculares para educação das relações étnico raciais, conforme analisado anteriormente. O documento das diretrizes é um grande avanço, pois no seu texto, tem várias ações educativas e princípios que norteiam a valorização das pessoas negras no combate ao racismo, seja na escola, na faculdade, e demais espaços escolares.

Todavia, essa orientação, e direcionamento da Lei 10.639/03, não foi tão evidente, na BNCC, onde se tem um texto muito fragmentado, com pouco direcionamento sobre o ensino da cultura africana e afro brasileira, e de forma muito generalista, em que se faz necessário ampliar a discussão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 07 de Dez de 2024.

o BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base.** Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018. »

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acessado em 07/07/10.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 07/ 12/2024.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2006a.

_____. **Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003. D.O.U.** 10 de Janeiro de 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. cap. 16. p. 161-169.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2002, n.21, pp. 40-51.

HALL Stuart. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte UFMG, 2003.

Santos e Machado. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** 16 (58) • Mar 2008. Acesso em 07 de Dez de 2024.

Mogarro, M. J. (2012). Memórias de professores: discursos orais sobre a formação e a profissão. **Revista História Da Educação**, 9(17), 7–31. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29197> Acesso em 07 de Dez de 2024.



SOUZA, N. S. 2021. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar. 171p.